



Estado de Alagoas  
Assembleia Legislativa Estadual  
Gabinete da Deputada Estadual Cibeles Moura

---

**2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER Nº 667/2020**

---

**Referência:** Projeto de Lei Ordinária nº 265, de 2020

---

**Autor (a):** Deputada Fátima Canuto

---

**Assunto:** Projeto de Lei que reduz à zero a alíquota do Imposto Sobre Produtos Industrializados incidente sobre filtros, bloqueadores e protetores solares.

---

Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas. Projeto de Lei que dispõe sobre a regulamentação do transporte intermunicipal remunerado privado individual de passageiros realizado por meio de plataformas de aplicativos no âmbito do Estado de Alagoas e dá outras providências. Inconstitucionalidade formal. Parecer pelo não prosseguimento processo legislativo.

---

**1. Relatório.**

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária apresentado nesta egrégia Casa Legislativa em 19/02/2020, de autoria da excelentíssima senhora Deputada Fátima Canuto, que reduz à zero a alíquota do Imposto Sobre Produtos Industrializados que incide sobre os protetores, bloqueadores e filtros solares produzidos no Brasil.

O projeto em questão tem como finalidade reduzir o Imposto citado, com a finalidade de ampliar o consumo dos filtros solares, uma vez que eles promovem a prevenção do câncer de pele, que, segundo a autora, tem crescido exponencialmente no Brasil.

Em sua justificativa, a autora aduz que ao “*reduzirmos à zero a alíquota do Imposto Sobre Produtos Industrializados que incide sobre estes itens, estaremos*



Estado de Alagoas  
Assembleia Legislativa Estadual  
**Gabinete da Deputada Estadual Cibeles Moura**

*garantindo que seu preço junto ao consumidor final seja mais acessível, sem que haja a perda da quantidade e de qualidade habituais."*

Posto o breve relato, passo a fundamentar e opinar.

## **2. Fundamentação.**

Embora seja louvável e necessária a preocupação em que o autor possui ao apresentar tal projeto, é necessário destacar que ele incide em inconstitucionalidade formal, uma vez ao tentar reduzir a alíquota de que trata este Projeto de Lei, ocorre a violação da competência privativa que a União possui para legislar sobre Impostos Sobre Produtos Industrializados, prevista no artigo 153, IV, da Constituição Federal, a saber:

**Art. 153.** Compete à União instituir impostos sobre:

I – importação de produtos estrangeiros;

II – exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;

III – renda e proventos de qualquer natureza;

**IV – produtos industrializados;**

V – operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários; VI – propriedade territorial rural;

VII – grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

[...]

Nesse sentido, em virtude de restar caracterizada violação direta à Constituição Federal, incidindo na inconstitucionalidade formal que aqui se expôs, opino, por consequência, pelo arquivamento deste Projeto de Lei.

Em síntese, eram os fundamentos.



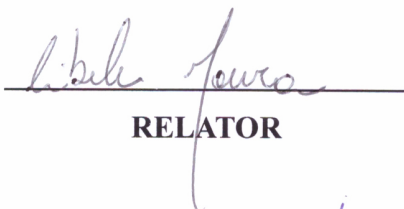
Estado de Alagoas  
Assembleia Legislativa Estadual  
**Gabinete da Deputada Estadual Cibeles Moura**



**3. Conclusão.**

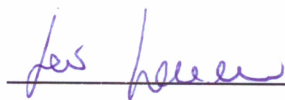
Ante ao exposto, opino desfavoravelmente ao prosseguimento regular do projeto de lei sob exame, uma vez que encontra-se evidenciado vício por **inconstitucionalidade formal**, por violar o artigo 153, IV, da Constituição Federal, que assegura a competência privativa da União para legislar sobre a temática deste Projeto, razão pela qual solicito o não prosseguimento do processo legislativo e seu imediato arquivamento.

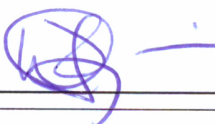
**SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO JOSÉ DE MEDEIROS TAVARES DA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió, 23 de junho de 2020.**

  
\_\_\_\_\_  
**PRESIDENTE**

  
\_\_\_\_\_  
**RELATOR**

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_

  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

  
\_\_\_\_\_